

Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

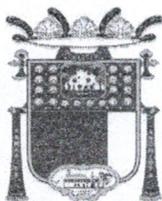
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA, REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2018. Às dezoito horas do dia seis de fevereiro ano de dois mil e dezoito, reuniu-se a Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, sob a Presidência do vereador Tássio Ernesto Franco Brunoro, que após ter declarada aberta a sessão, solicitou que se fizesse a chamada dos senhores vereadores, onde se verificou a presença de todos. Após, o Sr. Presidente submeteu à votação das atas das sessões extraordinárias anteriores do dia 02/01/2018, que foram aprovadas por unanimidade. Após, foi lido o material do expediente, onde constava: 1) Indicação nº 01/2018 de autoria do vereador Richard Costa; 2) Indicação nº 02/2018 de autoria do vereador Sérgio Luiz da Silva Jesus; 3) Indicações nºs 03/2018 e 04/2018 de autoria do vereador Beto Caliman; 4) Indicações 05/2018, 06/2018, 07/2018, 08/2018 de autoria da vereadora Terezinha Mezadri; 5) Indicações nºs 09/2018 e 10/2018 de autoria do vereador Sérgio Luiz da Silva Jesus; 6) Indicações nº 11/2018 e 12/2018 de autoria do vereador Robson Mattos; 7) Indicação nº 13/2018 de autoria do vereador Tássio Brunoro; 8) Moção nº 01/2018 de autoria do vereador Renato Lorencini, que foi aprovada por unanimidade; 9) Moção nº 02/2018 de autoria da Vereadora Terezinha Mezadri, que foi aprovada por unanimidade; 10) Moção nº 03/2018 de autoria do vereador Sérgio Luiz da Silva Jesus, que foi aprovada por unanimidade; 11) Requerimento nº 01/2018 de autoria do vereador Sérgio Luiz da Silva Jesus, que foi aprovado por unanimidade; 12) Requerimento nº 02/2018 de autoria do vereador Professor Robinho, que foi aprovado por unanimidade; 13) Requerimento nº 137/2017 – Requer a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar fatos determinados durante a gestão Municipal 2013/2016, do ex-Prefeito, Sr. Marcus Vinícius Doelinger Assad, de autoria dos vereadores: Tássio Brunoro, Cléber Pombo, Renato Lorencini, Richard Costa, Sérgio Luiz da S. Jesus e Terezinha Mezadri. Considerando que o Requerimento nº 137/2017 trata-se de pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito; considerando também, que o referido requerimento foi assinado por 6 (seis) vereadores, portanto, mais de um terço dos membros desta Câmara, considerou-se o referido requerimento tacitamente aprovado, nos termos da CF, art. 58, §3º, c/c art. 61 do Regimento Interno desta Casa. O Sr. Presidente, solicitou que o requerimento seja incluído na ordem do dia para a constituição da comissão; 14) Projeto de Lei nº 01/2018 – Dispõe sobre as atividades do Turismo Rural no âmbito do município de Anchieta, de autoria do vereador Renato Lorencini; 15) Projeto de Lei nº 02/2018 – Dispõe sobre a Produção Artesanal de Alimentos e Bebidas no âmbito do município de Anchieta, de autoria do vereador Renato Lorencini; 16) Projeto de Lei nº 03/2018 – Dispõe sobre as atividades de Microcervejaria Artesanal e Brewpub no âmbito do município de Anchieta, de autoria do Vereador Renato Lorencini; 17) Projeto de Lei nº 04/2018 – Dispõe sobre o reconhecimento do Circuito dos Imigrantes no âmbito do município de Anchieta, de autoria do Vereador Renato Lorencini; 18) Projeto de Lei nº 05/2018 - Institui o Dia da Imigração Italiana no município de Anchieta, de autoria do Vereador Renato Lorencini; 19) Projeto de Lei Executivo nº 02/2018 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para inclusão da modalidade de aplicação 3.1.90.0000000, na manutenção do programa federal ACESSUAS/trabalho, na secretaria Municipal de Assistência Social; 20) Projeto de Lei Executivo nº 03/2018 - Altera a Lei Municipal nº570/2009; 21) Projeto de Lei Executivo nº - 44/2017 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal no âmbito do Município de Anchieta-ES, e dá outras providencias; 22) Dispensa de Interstício da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final ao Projeto de



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

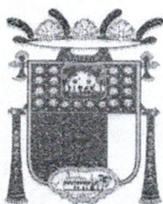
Lei nº 02/2018 de autoria do Poder Executivo, que foi aprovada por unanimidade.; 23) Ofício nº 187/2017 – prestação de contas IPASA; 24) Ofício nº 1412/2017 – planilha de custo do MEPES/HMA; 25) Ofício nº 0901/2018 – relatório de acompanhamento do MEPES/HMA; 26) Ofício nº 0352017 – prestação de contas MEPES; 27) Ofício nº 036/2017 – prestação de contas MEPES; 28) Ofício nº 008/2018 – do Executivo solicitando a retirada do PL nº 45/2017 – Altera a Lei Municipal nº 570/2009. Terminada a leitura do material do expediente, o Sr. Presidente passou a hora destinada aos senhores oradores, que de acordo com artigo 193, item V do Regimento Interno, passaram a fazer uso dos seus dez minutos de pronunciamento. O primeiro a fazer uso da palavra foi o Vereador **Geovane Meneguella** que cumprimentou a todos e desejou aos colegas vereadores um bom ano de trabalho e que possam proporcionar debates que venha favorecer a população anchietense. Reafirmou ainda o seu compromisso com o povo anchietense. Iniciou fazendo um pedido à administração, pois sabe que a administração pública municipal pode rever os seus atos a todo e qualquer momento. Então, solicitou que a administração pública reveja o ato que foi tomado ano passado, de estar cortando o auxílio alimentação dos servidores contratados e comissionados, pois está trazendo grande desgaste dentro no município, trazendo um prejuízo enorme ao comércio local. Por isso, pediu a administração que reveja este ato, pois povo de Anchieta só tem a ganhar com isso. Disse que está desde fevereiro de 2017, dizendo que o Prefeito fala que está usando royalties para pagar auxílio alimentação. As receitas e os royalties estão crescendo, então, vem cobrando e pedindo para que se faça a antecipação de crédito. Podem antecipar os royalties de 2020 para manter o ano de 2018, pois sabemos que 2018 é uma no crucial para Anchieta. Todo o planejamento, tudo está sendo feito pensando da Samarco este ano. Se a Samarco não voltar em 2018, todo planejamento feito até agora vai por água abaixo. Todo planejamento feito pela administração é contando que a Samarco volte até 31 de dezembro de 2018, se não voltar tudo se perdeu. É perfeitamente possível fazer a antecipação dos créditos dos royalties. Que antecipem os royalties de 2020, pois quando a Samarco voltar, não vai ter perda nenhuma por que uma coisa vai compensar a outra. E já que se está usando os royalties para manter o auxílio alimentação, então, que volte com o auxílio alimentação dos contratados e comissionados, porque quem está perdendo não é somente esses servidores, mas o comércio e a qualidade de serviços que percebe que tende a cair. Por mais que haja o comprometimento e a seriedade desses servidores, mas há uma desmotivação. Por isso, que pede a administração para que reveja este ato. Após, fez uso da palavra o **vereador Professor Robinho** que cumprimentou a todos e iniciou falando sobre um incidente que aconteceu ontem, que foi uma situação atípica e lamentável e na ocasião, o vereador fez uma sugestão ao Secretário de Esportes, de que amanhã terão várias finais, mas que esses jogos possam acontecer se tiverem lá a presença de uma ambulância. Isso porque são esportes de contato e acidentes podem acontecer. Disse que assim que como terminou 2017 falando do MEPES, também não poderia deixar de iniciar 2018 sendo redundante em relação ao MEPES, pois o pagamento de janeiro foi pago hoje, mas temos setembro com aquela dificuldade. No dia 02 de janeiro, votaram aqui numa extraordinária, autorizaram até cem mil para que a prefeitura repassar para aquela entidade o pagamento de setembro, e já estamos em fevereiro e até esta data esse salário não foi pago. Conclamou as pessoas envolvidas nesta questão para que resolvam essa situação o quanto antes. Em seguida, fez uso da palavra o **vereador Renato Lorencini** que cumprimentou a todos. Disse que hoje estão iniciando o segundo ano de legislatura, e ano passado, finalizou aqui na Câmara



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

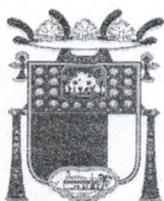
fazendo um pouco do balanço do que fizeram em 2017. E a partir daquelas reuniões, dos gabinetes itinerantes, de passagens por estas comunidades, aproveitaram o período de recesso para colocar no papel aquilo que ouviram das demandas da população, principalmente da rural. Fecharam o ciclo de gabinete itinerante na população rural, e agora, apresentou cinco projetos, e ainda tem mais para ser apresentado. Trabalhando a questão do turismo rural, microcervejaria, e essa é a contribuição que este vereador vem dando para o município, para que possam junto com o Executivo ter mais oportunidade, ter mais alternativa para o povo trabalhar e gerar emprego e renda. Sabe que o município tem um projeto grandioso na área do desenvolvimento e estão colaborando para que o município possa sair desta fase ruim. Acredita muito e tem muita fé que iremos iniciar 2018 de uma forma diferente, acredita que já tenham alguma movimentação para que as empresas comecem a manutenção na Samarco, e o povo se Deus quiser, vai ser agraciado e vai trabalhar. Disse que foi lido também na Casa uma CPI, que foi dada entrada hoje e precisam deixar a coisa muito claro, ninguém está julgando ninguém, ninguém está acusando ninguém. Vai ser investigado para saber o que aconteceu e o que não aconteceu. Este é o papel fiscalizador do vereador. Isso que estão sendo cobrados nas ruas todos os dias. Esse é o papel que o vereador tem de fazer, não adianta querer jogar a sujeira debaixo do tapete. Vão investigar e quem for culpado, irão tomar as devidas providências. Começa esse segundo ano com muita vontade de trabalhar, e acredita muito que terão uma Anchieta cada dia melhor. Logo após fez uso da palavra o vereador Alexandre Assad que cumprimentou a todos e disse que hoje estão iniciando mais um ano legislativo nesta Casa. Desejou a todos os colegas uma boa sorte, muita serenidade, desprendimento na hora de julgarem o que é certo, o que é errado. Lembrou que o homem público tem o dever principal de sempre olhar para aquele mais necessitado, para o pequeno, para o carente, para aquele que mais precisa. Que as decisões tomadas nesta Casa, sempre sejam refletidas, que a consciência de cada um esteja sempre voltada para aquele que realmente necessita. Disse que hoje estarão aqui entregando o Relatório da CPI da Cesan, que foi feito com muito trabalho e responsabilidade, presidida pelo vereador Beto Caliman, pelo vereador José Maria como membro e por este vereador como relator. E entre outras coisas que serão lidas no relatório, viram que a Cesan infelizmente, mente para a população de Anchieta, quando ela diz que não há poluição no Rio Benevente. Provaram e comprovaram com laudos, estudos técnicos, que o rio é sim, poluído. Isso compromete toda nossa qualidade de vida, todo nosso turismo. O relatório está muito bem feito, muito bem embasado, dentro da tecnicidade possível. Estarão trazendo o relatório para apreciação dos membros da Casa, e caso aprovado, o Relatório será enviado ao Ministério Público Estadual para que tome providências contra essa empresa. Essa empresa precisa começar a ser responsabilizada. A prefeitura tem também que notificar a empresa para que tome as providências necessárias. Em aparte, o vereador Beto disse que a própria Cesan admite que ela joga esgoto in natura no Mandoca, no Rio Benevente. Ela admite que não é cem por cento tratada, que varia de uma época para outra, do tempo. Continuando, o vereador Alexandre disse que é um absurdo, pois hoje tem tecnologia que trata o esgoto em noventa por cento de pureza, então, não podemos mais tolerar esse descaso com o nosso Rio Benevente. Acredita que o Ministério Público Estadual, na figura do Dr. Robson vai tomar providência contra essa empresa e a mesma precisa rapidamente sanar esse problema e os demais descasos que ela comete com o município de Anchieta. Disse ainda, que foi contra o corte do ticket. Não acha justo, e se houvesse a possibilidade da municipalidade estar revendo isso, pois acha que podemos errar



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

na vida, mas podemos voltar também atrás dos erros. Falou que se solidariza aqui com as palavras do vereador Geovane. E não havendo mais oradores inscritos para fazer uso da palavra, o Sr. Presidente passou para a Ordem do Dia e solicitou do Sr. Secretário que fizesse a chamada dos senhores vereadores. Em seguida, o Sr. Presidente suspendeu a presente sessão por dez minutos para que os vereadores pudessem se reunir e fazer o sorteio para composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar fatos determinados durante a gestão Municipal 2013/2016, do ex-Prefeito, Sr. Marcus Vinícius Doelinger Assad. Após, o Sr. Presidente explicou que, segundo o Regimento Interno, os partidos que possuem maioria na Casa, tem direito a indicação de um membro, no caso o PPL e PSD. O PPL indicou o vereador Richard Costa e o PSD indicou o vereador Sérgio Luiz. E como é prerrogativa do Presidente a nomeação do membro, abriu aos vereadores que desejassem participar, o que não teve nenhuma resposta positiva. Então, passou-se a modalidade de sorteio, e por sorteio, renunciaram fazer parte da composição os seguintes vereadores: Terezinha Mezadri, Alexandre Assad, Robson Mattos, Beto Caliman e José Maria Simões Brandão. No entanto, o vereador Renato Lorencini aceitou a fazer parte da composição. Antes da votação dos pedidos de renúncia, o Sr. Presidente abriu oportunidade para o vereador que desejasse justificar o seu pedido. O primeiro a justificar foi o vereador Beto Caliman, dizendo que irá renunciar a sua participação na CPI, pois está vindo de três CPIs, é suspeito, foi líder de governo na gestão passada, por isso coloca sua renúncia em votação. O Sr. Presidente submeteu o pedido de renúncia do Vereador Beto à votação e foi aprovado por unanimidade. Após, o vereador Robson Mattos justificou dizendo que por ter participado de uma CPI e duas CPs, e além disso, por entender que vê aqui um requerimento que foge a sua finalidade, pois vê uma falha gritante quando neste o ex prefeito sendo sentenciado, porque quando fala de desvio de finalidade, então, não vê motivo para já sentenciar. A CPI é uma comissão Parlamentar de investigação, e neste caso vê que já teve uma sentença, por isso, declinou. O Sr. Presidente submeteu à votação o pedido de renúncia do vereador Robson, que foi aprovado por unanimidade. Pela ordem, o vereador Alexandre disse que declinou por causa do grau de parentesco que tem com o acusado. E além disso, também ao seu ver não concorda com a CPI, pois acha que esses fatos já estão sendo todos apurados em instância maior, que é o Tribunal de Contas do ES, por esses motivos decidiu não participar da CPI. Em seguida, o Pedido de renúncia do vereador Alexandre foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Também justificou sua renúncia o vereador José Maria Brandão, dizendo que este vereador vem de um processo cirúrgico grave e por esta CPI tende a ser muito intensa, resolveu declinar. O pedido de renúncia do vereador José Maria foi submetido á votação e aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente submeteu ainda o pedido de renúncia da vereadora Terezinha que foi aprovado por unanimidade. Esclareceu ainda que, ao Presidente da Casa é vedado participar de qualquer tipo de comissão, portanto não esteve no sorteio e nem na parte de composição dos blocos. Diante disso, ficou assim designado para compor a CPI com intuito de investigar fatos determinados durante a gestão Municipal 2013/2016, do ex-Prefeito, Sr. Marcus Vinícius Doelinger Assad, os seguintes vereadores: Renato Lorencini, Sérgio Luiz e Richard Costa. Em seguida foi feita a leitura constante na **Ordem do Dia: Projetos em 2ª Discussão:** 1) Projeto de Emenda a Lei Orgânica nº 01/2017 – Dispõe sobre alteração de parágrafo único ao art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de autoria dos vereadores Geovane Meneguella, Alexandre Assad, Robson Mattos, José Maria Brandão e Beto Caliman. Em seguida, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos vereadores que quisessem se manifestar a



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

respeito do projeto em discussão. Não havendo vereadores que desejassem se manifestar, o Sr. Presidente passou aos Projetos em votação: 1) Projeto de Lei nº 100/2017 – Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno nos estabelecimentos públicos e privados no município de Anchieta, Estado do Espírito Santo e dá outras providências, de autoria do vereador Tássio Brunoro. Antes de submeter o referido projeto à votação, o Sr. Presidente submeteu à votação a Emenda Supressiva de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, submeteu o Projeto de lei nº 100/2017 em votação, que foi aprovado por unanimidade, com Redação Final; 2) Substitutivo ao Projeto de Lei nº 102/2017 – Dispõe sobre publicação no site oficial da Prefeitura e posto de equipes da saúde da família básica de obrigação de distribuição gratuita pelo município de Anchieta e dá outras providências, de autoria do vereador Beto Caliman, que foi aprovado por unanimidade; 3) Projeto de Lei Executivo nº 02/2018 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para inclusão da modalidade de aplicação 3.1.90.0000000, na manutenção do programa federal ACESSUAS/trabalho, na secretaria Municipal de Assistência Social. O S. Presidente solicitou o Parecer da Comissão, Legislação, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento, que emitiram Pareceres Favoráveis. Em seguida, foi submetida à votação do Plenário o Projeto de lei nº 02/2018 de autoria do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade; 4) Relatório Final da CPI, que visa apurar ocorrência de dano ambiental, atribuído à CESAN, em razão de liberação de dejetos sem tratamento no Rio Benevente, na localidade conhecida como Mandoca em Anchieta/ES. Após leitura do relatório, e pela ordem, o Vereador Renato Lorencini disse que esse relatório que foi lido, acha que este vereador como os outros também não tinham conhecimento final, pois é da Comissão. Sugeriu que pudessem colocar a votação do Relatório Final da CPI na próxima sessão, para cada um vereador possa conhecer de fato o processo à fundo e votar, até porque, este relatório não estava anexado on line. Pela ordem, o vereador Beto Caliman disse que o Presidente deveria colocar em votação o Relatório, pois o mesmo foi protocolado há muito tempo, não houve interesse de algum vereador de saber o que tem na Casa, por isso, solicitou como Presidente da CPI, que o Presidente da Casa colocasse o citado relatório em votação. Em seguida, o Sr. Presidente submeteu a votação o pedido do vereador Renato Lorencini para que a votação do Relatório fosse adiada para próxima sessão, mas o pedido foi rejeitado pelo Plenário. Sendo rejeitado o pedido de adiamento para votação do Relatório, o Sr. Presidente submeteu a votação do Plenário o Relatório Final da CPI contra a Cesan, que foi aprovado por 9 (nove) votos favoráveis dos vereadores: Robson, Terezinha, Alexandre, Richard, Cléber, Zé Maria Brandão, Beto Caliman Serginho e Geovane; e 1 Abstenção do vereador Renato Lorencini. E, não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão, convidando todos para a próxima. E, para constar, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, juntamente com o Sr. Presidente e demais membros da Mesa Diretora desta Augusta Casa de Leis.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
MESA DIRETORA


Tássio Ernesto Franco Brunoro - Presidente


Sérgio Luiz da Silva Jesus - Vice-Presidente


Geovane M. Louzada - Secretário